

A Importação do ideário feminista de 2ª onda para o Brasil; adaptação e resistência: os casos da revista Realidade e do jornal “O Pasquim”

Anna Marina Barbará Pinheiro*

Verônica Tavares de Freitas**

Este trabalho situa-se no âmbito da investigação acerca do processo de importação para o Brasil, do ideário feminista da chamada segunda onda do movimento na Europa Ocidental e nos E. U. A do Norte, que tem como marco cronológico principal o ano de 1968. No Brasil, o ano de 1968 caracteriza-se pelo recrudescimento dos aspectos repressivos do regime militar então instalado no país, culminando com a promulgação do AI5. Importa-nos assim, compreender os mecanismos de recepção e adaptação/deslocamento de um ideário de defesa da igualdade de gêneros a tal contexto repressivo, o que será feito a partir do estudo dos casos da revista “Realidade” e do jornal “O Pasquim”.

Segundo Joana Maria Pedro costuma-se considerar o feminismo de segunda onda como herdeiro de 1968; afirmando-se que posteriormente a esta data, na Europa, tal movimento teria tomado as ruas em substituição aos estudantes e operários, no refluxo das barricadas e greves características daquele ano. Entretanto, especialmente no Brasil e demais países da América do Sul, a historiografia silenciaria sobre a ação das mulheres na cena política de 1968¹. (PEDRO, 2008)

De acordo com a autora, no Brasil não há mesmo qualquer registro da movimentação de feministas em 1968. Contudo, algumas mulheres que se notabilizariam como feministas na década subsequente, já estavam escrevendo, discutindo e divulgando suas idéias em meios de comunicação que não se identificavam com o feminismo, no meio acadêmico ou no mercado editorial não especializado.

Entre as mesmas destacam-se Carmem da Silva, escrevendo a coluna “A arte de ser mulher”, na revista Claudia, desde 1963, Heleieth Saffioti, defendendo em 1967, na USP, sua livre-docência intitulada “A mulher na sociedade de classes: mito e realidade”,

* Professora Adjunta do Departamento de Ciência Política do IFCS/UFRJ

** Cientista Social

¹ A partir deste momento passamos a resumir algumas considerações feitas pela autora neste artigo.

2

publicada em 1969 e Rose Marie Muraro, publicando em 1966 um livro intitulado “A Mulher na construção do mundo futuro”. Esta última afirmaria, no final dos anos de 1990, ter escrito o mencionado livro em vinte dias, no ano de 1965, quando ainda não se considerava feminista nem tinha qualquer conhecimento acerca deste movimento. O livro em questão teria vendido dez mil exemplares em três meses. (MURARO: 1999)

O que se pode destacar, é que embora, no Brasil do início dos anos de 1960, as mulheres ainda não estivessem organizadas num movimento social que se auto-classificasse como feminista; sobretudo, em função, do recrudescimento dos aspectos repressivos do regime militar instalado no país desde 1964; já existiam discussão e reflexão acerca daquilo que então se chamava a “condição da mulher”. As idéias e os livros já estavam circulando.

Tais idéias passariam a fazer parte de movimentações apenas a partir de meados dos anos de 1970, mas já encontravam expressão antes disso cabe, portanto, salientar que o movimento feminista teve antecedentes bem anteriores ao ano de 1968 encontrando-se, por exemplo, entre estes, a publicação, em 1949, de “O Segundo Sexo”, por Simone de Beauvoir, e, em 1963, de “A Mística Feminina”, por Betty Friedan. Importa assim, identificá-los.

Investigando o processo de importação do ideário feminista de segunda onda para o Brasil, em pesquisa intitulada “Igreja Católica, Forças Militares e Contracultura: representações de gênero no Brasil do regime militar”, localizamos em matéria de “O Pasquim” referência pejorativa à revista “Realidade” e tendo em vista o caráter antifeminista de “O Pasquim”, decidimos pesquisá-la.

Criada pela Editora Abril em 1966, num país de menos de 90 milhões de habitantes e, aproximadamente, 45% da população analfabeta, a revista “Realidade” chegou a ter uma tiragem de, aproximadamente, um milhão de exemplares.

Caracterizando-se por ser uma revista experimental e ter em sua primeira equipe apenas jovens jornalistas em torno dos 25-35 anos, entre os quais se encontravam Paulo Patarra, Luiz Fernando Mercadante e Mylton Severiano da Silva, “Realidade” circulava mensalmente.

Para a Editora Abril que em meados dos anos de 1960 queria se expandir e ampliar seu público, aquele era o momento de lançar no mercado sua primeira grande

3

revista de interesse geral. Em função do regime de exceção instalado no país desde 1964, nos cabe assim, indagar sobre as relações entre Realidade e os governos militares.

Em seu número de lançamento a revista trouxe um editorial assinado por Vitor Civita que, para além de revelar cuidado do editor em evitar um confronto direto com o regime, evidenciava apoio ao projeto dos militares para o país, como se pode perceber na seguinte passagem:

Temos o prazer de apresentar o primeiro número de Realidade, novo lançamento da Editora Abril. Há 16 anos vimos editando revistas para o público brasileiro, acompanhando a extraordinária evolução do país. O Brasil vai crescendo em todas as direções. Voltado para o trabalho e confiante no futuro, prepara-se para olhar de frente os seus muitos problemas a fim de analisá-los e procurar solucioná-los. E é por isso que agora surge Realidade. Será a revista dos homens e das mulheres inteligentes que desejam saber mais a respeito de tudo. (...) Queremos comunicar a nossa fé inabalável no Brasil e no seu povo, na liberdade do ser humano, no impulso renovador que hoje varre o país, e nas realizações da livre iniciativa. Assim, é com humildade, confiança e prazer que dedicamos Realidade a centenas de milhares de brasileiros lúcidos, interessados em conhecer melhor o presente e viver melhor o futuro. Victor Civita.

O ufanismo de Civita e sua expectativa quase eufórica em relação ao futuro do Brasil, associados aos objetivos de Realidade, mas também à crença de que o país já estava crescendo “em todas as direções” como alvo de um “impulso renovador”, sinalizam para nós, o apoio do editor ao projeto dos militares para a modernização do Brasil.²

Segundo concebemos a revista contrapunha-se a tal projeto apenas num único aspecto, o que dizia respeito à profunda transformação de costumes, já em curso em alguns países do Ocidente e que “Realidade” preconizava para o Brasil.

Nesse sentido, as reportagens classificadas como “de comportamento” constituiriam o ponto alto da revista, principalmente, em seus primeiros anos, período anterior à promulgação do AI5. Assim, temas tais como a liberdade sexual das mulheres e dos jovens, a educação sexual e a legalização do divórcio seriam discutidos, muitas vezes, a partir de amplas pesquisas de opinião realizadas pela revista, sendo a posição de Realidade sempre favorável à mudança de costumes.

² Nesse sentido, discordamos de Letícia Nunes de Moraes que identifica no editorial de Civita, apenas o desejo de poupar-se de um confronto com os militares. No mais, concordamos com a análise da autora cujas considerações passamos a resumir. MORAES, Letícia Nunes de. Leituras da revista Realidade: 1966-1968. São Paulo: Alameda, 2007

4

Nesta perspectiva, já em seu número de lançamento, a revista publicava entrevista da repórter Oriana Falacci³ com a atriz sueca Ingrid Thulin em que a mesma defendia idéias avançadas para a época como a desvinculação entre sexo e casamento e a igualdade de direitos, inclusive sexuais, entre homens e mulheres.

Em julho de 1966, em reportagem intitulada “Desquite ou divórcio” em que defendia a legalização do divórcio, um dos principais argumentos utilizados pela revista estava nos benefícios que uma nova legislação traria, principalmente, para as mulheres que, uma vez desquitadas, sofriam de forma muito maior e mais intensa que os homens de mesmo estado civil, a experiência da estigmatização.

Em agosto daquele mesmo ano, sob o título de “A Juventude diante do sexo”, Realidade trouxe ao público os resultados de uma vasta pesquisa realizada com jovens de todo o país acerca do que classificava como a “revolução sexual da juventude”. Tal reportagem traria à revista os primeiros problemas com a censura. O anúncio para o número posterior de que a segunda parte da pesquisa com os jovens seria publicada, resultaria em ameaça de apreensão, pelo Juizado de Menores da Guanabara, fazendo a revista recuar e desistir da publicação.

Em janeiro de 1967, entretanto, ocorreria um novo confronto com o Juizado de Menores, desta vez em função da edição de um número especial totalmente dedicado às questões referidas às mulheres, intitulado “A Mulher brasileira hoje”. Tal edição, que foi apreendida nas bancas em menos de 48 horas de circulação, encampava de forma explícita algumas das bandeiras do feminismo de 2ª onda, como a defesa do trabalho feminino, o direito ao divórcio e ao pleno exercício da própria sexualidade. Trazia também, na matéria de capa (“O que pensam as nossas mulheres”) os resultados de uma pesquisa que teria sido realizada com “mulheres de todo o país”, no decorrer de 40 dias, por uma equipe de 10 pesquisadores, totalizando 1200 entrevistas;

O caráter polêmico da revista evidencia-se assim, não apenas pelo conteúdo de suas matérias, como também pela forma de construí-las como o demonstra: a foto do parto do número de janeiro de 1967 em função da qual “Realidade” foi acusada de

³ Jornalista italiana conhecida por suas entrevistas com celebridades em todo o mundo. Trabalhava de forma autônoma. Realidade publicou várias reportagens suas. Ver: FALLACI, Oriana. Entrevista com la Historia. Barcelona, Noguer, 1986. Supracitado por MORAES, Letícia Nunes de. Leituras da revista Realidade. São Paulo: Alameda, 2007.

5

obscenidade pelo Juizado de Menores da Guanabara; a referência à maternidade de uma mulher solteira como condição de orgulho ao invés de estigma (matéria do mesmo número intitulada “Sou mãe solteira e me orgulho disso”) e a classificação do relato das experiências sexuais de uma jovem mulher como “confissões de uma moça livre”, título dado à entrevista com Ítala Nandi, também presente no número de 1967, em que a mesma falou abertamente sobre sua vida sexual e afetiva.

No que diz respeito à apreensão do mencionado número da revista pela justiça militar, cabe salientar que o juiz responsável pela apreensão alinhou-se com o pensamento militar no que se referia aos costumes sociais, utilizando-se da mesma argumentação que a empregada pelo regime para a institucionalização da censura que se verificou no país com a decretação do AI5; a defesa da moral e dos bons costumes.

Nesse sentido cabe salientar a afirmação de Roberto Civita, então diretor de “Realidade” que, em defesa da posição contrária identificava uma “revolução tranqüila e necessária – mas nem por isso menos dramática”, sendo realizada pelas mulheres no país, numa referência à transformação de costumes que se iniciava no Brasil e a revista tanto defendia.

Conforme o jornalista, em editorial do número de janeiro de 1967, no contexto da aludida revolução, para não limitar-se a escrever a respeito das mulheres, os redatores de “Realidade” teriam julgado necessário convidar três delas para colaborar na edição especial. Tais mulheres eram: Carmen da Silva, Gilda Grilo e Daisy Carta; entre as três, a primeira notabilizou-se como feminista.

Segundo Letícia Nunes de Moraes, uma das causas mais defendidas por “Realidade” e para a qual a revista lutou de forma implacável, foi a transformação dos costumes e, mais especificamente, da vivência da sexualidade por seus leitores, o que exigia que se transformasse a representação socialmente consagrada de sexualidade, processo que trazia, necessariamente, consigo a redefinição do papel das mulheres na sociedade.

Assim, para além do número especial de janeiro de 1967, com que Carmem colaborou diretamente, relatando sua experiência em “Cláudia” e se posicionando em relação ao casamento e aos papéis tradicionais de gênero, seu nome pode ser encontrado com grande recorrência em matérias que tratam de temas caros ao feminismo da época,

6

mesmo no período de circulação da revista que é posterior à promulgação do AI5 quando “Realidade” foi obrigada a atenuar o tom polêmico de suas reportagens em função da intensificação da censura prévia no país. Nestas matérias Carmen da Silva, frequentemente, dividiria as páginas da revista com nomes como os de Simone de Beauvoir e Heleieth Saffioti.

Além das citações destas feministas, “Realidade” costumava mesclar em suas matérias, depoimentos de mulheres comuns, com a defesa clara de determinadas bandeiras do feminismo de modo que julgamos ser possível afirmar ter-se constituído tal revista num dos canais através dos quais o ideário feminista de 2ª onda introduz-se no país, a despeito do contexto repressivo e dos inúmeros embates com a censura que então ocorria no Brasil.

O caso de “O Pasquim”: crítica à ditadura, resistência ao feminismo

Nossa investigação de “O Pasquim” deveu-se à importância que o periódico adquiriu na cena política em que foi produzido e também, à centralidade que a discussão sobre gênero e sexualidade obteve no âmbito do mesmo. No caso deste jornal, entretanto, a posição é de resistência ao feminismo e não de veiculação e divulgação das idéias que o caracterizam. O primeiro “O Pasquim” é publicado em 26 de junho de 1969 no contexto em que a ditadura acirrava as restrições aos direitos políticos.

O jornal surge como um grande sucesso. Os jornalistas que o criaram - Sérgio Cabral, Jaguar, Tarso de Castro, Murillo Reis, Claudius e Prósperi - estavam em grande evidência, utilizando-se de suas relações pessoais para conseguir entrevistas e participações especiais de pessoas influentes no período, como Chico Buarque ou Leila Diniz, além da marca da linguagem irreverente, muitas imagens de humor e uma diagramação fora do padrão da grande mídia. O lançamento teve uma tiragem de 14.000 exemplares, na quinta-feira, sendo duplicada no dia seguinte. No número 32, O Pasquim atinge sua tiragem máxima, sendo vendidos 250.000 exemplares.

7

No entanto, o que o periódico avançou quanto à irreverência na forma e ousadia na crítica política à ditadura, chegando os seus redatores a serem presos em 1970, representou de conservadorismo diante das bandeiras feministas do período e da luta das mulheres quanto ao questionamento das relações de gênero⁴.

Neste contexto, desde sua primeira publicação “O Pasquim” claramente se coloca em oposição ao avanço do ideário feminista no Brasil. No número de lançamento, Martha Alencar, uma das poucas mulheres do periódico, escreve um artigo com o título “Tudo pela emancipação” no qual as referências feministas são ridicularizadas e se trata com ironia da temática da emancipação feminina:

“A tarde não é das mais brilhantes e você desce a Rio Branco imersa em pensamentos profundos. Por que o sujeito que beliscou sua região glútea na última esquina continua buzinando no seu ouvido? Para que ser independente se os colegas de trabalho são irremediavelmente chatos? Quem vai pagar o Bateau à noite? Comprar couro para estar “in” no inverno ou pagar o analista? Considerações tais que costumam passar pelas cabeças de moças que um dia resolveram ler Betty Friedam, Simone de Beauvoir, Evelyn Sullerot. Quando, não mais que de repente, uma frase emerge das profundezas de seu subconsciente:

- Derrube os tabus e conquiste... Não, não é para comprar o único desodorante realmente feminino. Não se trata de conquistar seu homem, mas seu cafezinho. E conquistar seu homem, realmente, não deve ser a única preocupação de uma moça emancipada. Derrube os tabus e conquiste o seu cafezinho. Enfim, a Declaração dos Direitos do Homem não é só dos homens. Não grite ao levar o quinto beliscão da tarde, você precisa encarar essas coisas com naturalidade. (...)Você também pode assumir esta responsabilidade e abrir mais uma etapa no caminho da conquista da emancipação total da mulher”.

Ao ironizar as mulheres que se identificariam com Friedam, Beauvoir e Sullerot, o artigo coloca como questão para a “moça emancipada” bandeiras que estavam em destaque no momento: assédio sexual; entrada no mundo do trabalho; autonomia financeira; psicanálise. O humor de Martha Alencar parece sugerir que o debate sobre a emancipação feminina não correspondia à realidade, ridicularizando-se a influência que o ideário feminista internacional poderia apresentar entre as mulheres brasileiras.

⁴ Gênero aqui é entendido como “um elemento constitutivo de relações sociais fundadas sobre as diferenças percebidas entre os sexos e o gênero é um primeiro modo de dar significado às relações de poder” - “Gênero: uma categoria útil de análise histórica”- Joan Scott

Especialmente na primeira metade do período do regime militar, o que se percebe é um declarado combate por parte de “O Pasquim” às principais referências feministas. Um evento marcante ocorre em 1970, quando a revista “Realidade” publica a matéria “Que tal o seu homem”, colocando a necessidade da modificação das relações de gênero. Diante desta ação, “O Pasquim” inicia uma disputa com esta revista, perguntando em diversas entrevistas o que os entrevistado achavam da “geração Realidade” e da temática da emancipação feminina, como no número 33, em que Millôr comenta “Existe uma discussão aí que está se renovando agora, imbecilmente, sobre a emancipação da mulher”. No número 28, publicam resposta clara ao conteúdo da matéria de “Realidade”, em matéria intitulada “Mulheres”, e assinada por Pedro Ferreti:

“Eu não ia me meter nessa, mas o assunto é inevitável porque nos azucrinam o tempo todo com ele: a matéria de Realidade sobre “que tal o seu homem”, onde um bando de amigas nossas comentam o homem brasileiro. (...) Essa história de emancipação da mulher também é meio abstrata. O que significa ser emancipado? Dar à vontade, ter uma vida sexual semelhante à da maioria dos homens? Se é isso, por mim, fiquem à vontade. Mas emancipação quer dizer outras coisas, significa uma individualidade realizada. Pouca gente tem isso, de qualquer sexo, em qualquer sistema (Marcuse provou isso, ao menos). E sem transformar isso aqui numa discussão filosófica, ficando só na questão do sexo, as moças que falaram à Realidade não manjam uma coisa essencial sobre sexo: vivem de tal maneira recheadas da subcultura psicanalítica da moda (relacionamento, compensação, descompensação, etc) que se esquecem que o ato sexual é um ato de poder de uma pessoa sobre a outra. Daí muitas das complicações surgem, pois a parte usada (tem de haver uma, repito; qualquer pessoa realista reconhece) não raro entra em choque com o que pedem seus instintos e o que ela pensa, a imagem idealizada que tem de si própria. Se a mulher quiser ser igual ao homem, ela que, basicamente, é passiva no sexo, vai trocar de sexo. Não estou recriminando lésbicas. Estou tentando expor um fato psicológico e biológico. As moças de Realidade estão vivendo esse conflito neurótico sem o perceberem, jogando a angústia que sentem ante o novo papel que tentam assumir sobre os homens. Também não as estou chamando de lésbicas, entenderam? Nesse novo papel elas querem ter os privilégios anteriores das mulheres, atenção, proteção, carinho e

financiamento, ao mesmo tempo renunciando à submissão em que viviam. Isso não dá pé. O negócio é escolher”.

Ao colocar que o ato sexual é um ato de poder e que a parte usada “entra em choque com o que pedem seus instintos e o que ela pensa” e que está “tentando expor um fato psicológico e biológico”, Pedro Ferreti declara que a opressão feminina é algo natural, deixando clara a oposição de “O Pasquim” às bandeiras feministas de desnaturalização dos papéis de gênero, socialmente construídos.

Outro aspecto interessante desta passagem é a colocação de que se as mulheres quisessem “dar à vontade, ter uma vida sexual semelhante à da maioria dos homens, ficassem à vontade”, residindo o problema não na perspectiva da moral cristã de defesa da castidade para a mulher, mas no questionamento da submissão feminina ao homem. Esta compreensão é uma síntese do comportamento geral do jornal, no qual constantemente faz-se alusão à pornografia e à liberalização sexual como algo positivo, em contraste com a censura da ditadura e a posição da Igreja de manutenção do ideal de mulher como símbolo da pureza. Em alguns números, os redatores do jornal chegam a brincar com a idéia de uma “esquerda pornográfica”, que representariam condizente com o aspecto de oposição geral às restrições da censura.

Nota-se, portanto, que a questão central de “O Pasquim” quanto ao debate de gênero é a aberta recusa da idéia da emancipação feminina, afirmando-se, em contrapartida, tradicionais papéis impostos às mulheres, além disso, a imagem que se constrói das feministas é a de mulheres infelizes, que não gostam dos homens ou mesmo de serem mulheres.

Ao serem criticados como um grupo de “machistas” ou “machões”, seus integrantes reiteradamente confirmam o estigma e brincam com ele. Em uma sessão de cartas, dos leitores (Nº 335), respondendo a uma leitora, eles colocam que “lugar de mulher (...) é na cozinha ou no tanque. Não nos deixamos contagiar por essa imbecilidade importada a que se decidiu dar o nome de DIREITOS FEMININOS!”, e para outra leitora que questionava a respeito dos interesses políticos do jornal, respondem que “volte ao seu cursinho de corte e costura, case-se, tenha filhos e não chateie”.

10

No entanto, vale ressaltar que na segunda metade do período militar as referências diretas às bandeiras feministas, a partir da sua ridicularização, não são mais observadas na revista. E em outra sessão de cartas, do número 805, o jornal explicita isso, declarando que os “machões” teriam saído da equipe do periódico:

“Gostaria de pedir um favor: não continuem passando aquelas frases tipo “O canibal, sim, pode se vangloriar de ter comido todas as mulheres que lhe cruzaram o caminho” (da coluna “Picles” do nº798). Só mesmo um homem – e um homem a caminho da impotência – poderia escrever isso. Piadinhas do tipo “machão” só servem para consolidar a injustiça contra as mulheres que presenciamos por aí, a mulher tendo que carregar o rótulo de sempre mãe, quase nunca amante e companheira, a não ser por alguns momentos de sexo, estipulados e com o sentimento de obrigatório, sempre dependente, sempre sempre calada, sempre a que não opina, sempre a que não tem desejo (ela é comida), sempre a que espera, sempre a que justifica, sempre a que compreende, sempre a que está em função de, o que dificulta a voltar-se sobre si mesma, sempre a erótica (alvo de mãos e olhares canibais), sempre a que tem que se defender, etc.” – Leléia (Juiz de Fora, MG)

“Gostamos da sua carta, Leléia, apareça mais. Até hoje o Pasquim amarga a fama de jornal machista (vide neste número a entrevista do Maciel), mas os machões que aqui gorjeavam estão em outra, aliás outras (publicações). Os remanescentes do pasca estão com as mulheres e não abrem (a menos que elas façam questão).”

No entanto, apesar da cessação das críticas ao feminismo, O Pasquim mantém, em todo o período estudado, a construção da mulher enquanto um objeto sexual dos homens e a valorização do exercício da sua sexualidade apenas a partir dos desejos e vontades masculinas. Neste sentido, o jornal variava entre a construção da mulher que serve ao homem em sua pureza, que é corrompida por ele, construção tipicamente cristã, e a construção da mulher moderna que rompe com a passividade tradicional feminina, como Leila Diniz. No entanto, em um caso ou no outro, atribuía à mulher o papel de servir ao desejo masculino.

Chega-se, inclusive, a criar, na sessão de “Dicas” uma coluna de “Dica de Mulher”, às vezes também chamada por outros nomes (A “Prinça” da semana”; “A brazilianista da capa”; “A moça da capa; “Dica do Leitor”). Nela são colocadas fotos sensuais, muitas vezes da mulher que serviu como modelo da capa, e indica-se, como se a mesma fosse um produto a ser consumido, a respectiva mulher ao leitor, com uma breve descrição sua. Cabe assinalar que a primeira “Dica de Mulher” (nº 53) encontrada

11

na pesquisa apresentava como seu autor Pedro Ferreti, o mesmo que escreveu a matéria em resposta à Realidade a que nos referimos.

Junto à “Dica de Mulher”, são igualmente marcantes as capas com grandes fotos de mulheres, ou de partes dos seus corpos, cuja incidência é bastante ampla, disputando em aparições, nos anos estudados, com as capas que faziam referência à oposição política ao regime militar. Tal fato pode se explicar pelo acirramento da censura, que pode ter impossibilitado o jornal de ter capas com referências imagéticas claramente políticas. É justamente no período da transição ao Estado democrático de direito que as capas de mulheres seminuas escasseiam, ampliando-se as capas com charges de crítica ao governo. No entanto, independente das motivações, o que se percebe é a imensa exploração do corpo da mulher a partir da sua sensualização tendo em vista os desejos masculinos:

Quanto à crítica aos padrões sexuais, por sua vez, o jornal se coloca contra o “moralismo” da ditadura ou da Igreja, com matérias que discutem pornografia e fetiches sexuais, mas não apenas não rompe com a já mencionada reificação do corpo feminino, como igualmente reafirma ao longo de todo o período estudado a heteronormatividade e a centralidade da sexualidade masculina, como se pode perceber na matéria do número 21 assinada por Paulo Francis:

Quem o acha pecado (o sexo) está no seu direito, mas tem de arrostar tudo aquilo que as diversas escolas de psicologia nos dizem a respeito. A repressão é que é a doença, nunca a liberdade. (...) Hoje, porém, a psicologia moderna busca, no mínimo, um equilíbrio entre corpo e alma. Para isso, a primeira coisa a fazer é dar fim à suposta pecaminosidade do sexo: É este conceito de pecaminosidade que enraíza os excessos e perversões e não o uso livre do corpo.

A própria pornografia ostensiva é profilática, Sr. Juiz, da mesma forma que a prostituição. Se inexistessem essas duas coisas, mulher alguma estaria a salvo da ameaça de estupro.

Ao colocar que se inexistisse a pornografia ou a prostituição, “mulher alguma estaria a salvo da ameaça de estupro” Paulo Francis reitera o papel do homem como aquele que tem desejos, que precisam ser saciados, e da mulher como uma vítima desses “instintos masculinos”.

Quanto à heteronormatividade, em especial nas primeiras edições, o jornal dedicava grande parte das suas piadas ao enquadramento do padrão heterossexual como o único aceitável, como é o caso dos personagens do Henfil, “Os Fradinhos”, cuja piada

12

principal era um chamar o outro de “bicha”. Essa abordagem é tão marcante que diversas cartas de leitores criticam a posição do jornal, que responde com ironia, reafirmando-se a homofobia. Observa-se assim, o seguinte diálogo entre o jornal e um leitor, na edição de número 15:

Hélio – Só não gosto do modo como vocês destacam as bichas coitadas que são sempre lembradas nos artigos de uma maneira nada decorosa. Eu acho isso um horror.(...) Resposta – “Perdão, Helinho, pode deixar que o tratamento será mais delicado.

E o subsequente na de número 19:

Sérgio – Topo Giggio é bicha, fulano é bicha, etc. Não tenho nada com isto, mas quero ver como vocês vão arranjar após o vigésimo terceiro exemplo. Resposta – Fique tranquilo, Sérgio, que a gente se arranja.

No entanto, assim como a crítica ao feminismo, no período da transição democrática a crítica aberta à homossexualidade diminui, talvez pela nova composição do jornal já mencionada (sem os “machões”). Cabe assinalar, no entanto, que apesar da grande diminuição de piadas homofóbicas as mesmas, não desaparecem totalmente de “O Pasquim”.

Uma questão interessante, que convive com os comentários homofóbicos do jornal, são as resenhas de cinema, criticando a heteronormatividade, em matérias de Glauber Rocha ou comentários sobre filmes do Pasolini. Estas referências em aparente contradição com a postura do jornal nos levam a indagarmos sobre quem eram seus componentes e com o que se identificavam. O que se afirma nos depoimentos da época, é que “O Pasquim” era o “espírito de Ipanema”, o que aponta para a construção de um nicho intelectualizado, de jornalistas, artistas, universitários cariocas, do qual faziam parte Leila Diniz e os integrantes de O Pasquim. Conforme depoimento de Paulo Francis no número 21 do jornal:

No Rio, e, presumo, em São Paulo, existe uma camada mínima da população, digamos 0,01%, que encara o tema (do sexo) com absoluta normalidade. As mocinhas dizem palavrões quando bem entendem e fazem, idem. Claro, é uma elite, circunscrita aos ricos e aos meios lítero-boêmios. O Pasquim, até certo ponto, expressa a linguagem e os costumes dessa patota. O que era a visão de uns poucos, surpreendentemente, atraiu a atenção de muitos.

Esta proximidade sugere que o grupo convivia com artistas e intelectuais que questionavam os padrões de comportamento social, como os integrantes do Cinema

13

Novo, nas palavras de Paulo Francis “uma elite, circunscrita aos ricos e aos meios lítero-boêmios”. Assim, ao mesmo tempo em que se posicionavam de maneira homofóbica e reificadora da mulher, o grupo de jornalistas de “O Pasquim”, pontualmente dialogava com o ideário contra a homofobia e o patriarcado existente nestes meios.

Nesse sentido cabe lembrar o posicionamento dos grupamentos de esquerda política do período quanto ao feminismo, segundo Rachel Soihet:

A maioria dos grupos de esquerda não era simpática às demandas feministas, vistas como incapazes de atender aos interesses das mulheres trabalhadoras e desnecessárias em um momento em que se tornava essencial lutar contra o autoritarismo e debater os problemas sociais do país. Portanto, consideravam o movimento divisionista, além de julgá-lo um fenômeno importado. (SOIHET, 2007)

Além disso, em 1977, no ano da legalização do divórcio, o jornal coloca-se a favor da conquista, criticando a postura da Igreja, mas afirmando sempre a crítica ao governo e resguardando-se quanto ao fato da medida atender aos interesses da classe média e encobrir os reais problemas, políticos e econômicos do país. Desta forma, afirma-se em matéria do número 410, assinada por Sérgio Augusto:

A família brasileira vai mal; sobretudo as que não conseguem cumprir três refeições por dia. E ainda tem as obras do metrô, as filas da condução e do INPS, a poluição, a Comlurb, o imposto predial. (...) Que tal defendermos a família brasileira desse complô sócio-econômico-cultural? A proposta é válida especialmente para os padres, os beatos e as filhas de Maria que saíram em passeata pelas avenidas de Brasília, marchando com Deus pela salvação da família do capeta do divórcio.

Diante da postura do jornal quanto às lutas e bandeiras feministas, cabe citar a explicação de Milton à Milanese (de 1970, mesmo ano em que O Pasquim disputou com a *Realidade* o debate acerca da emancipação feminina) sobre o posicionamento de “O Pasquim” neste debate, como uma publicação “Reta-Guarde”, ao contrário dos “jornais que mistificariam a opinião pública e notória”. A publicação é do número 76 de “O Pasquim” e vem precedida no jornal pela imagem de uma mulher usando uma minissaia, se olhando no espelho, segurando uma saia comprida na frente:

Ao contrário dos jornais que mistificam a opinião pública e notória, O Pasquim não se cansa (às vezes se cansa, pô!) de apregoar que não pretende nem nunca pretendeu ser uma publicação avant-garde. Ao contrário, temos orgulho de ser reta, ou como querem outros, derriére-garde. Aqui, especificamente com relação à moda feminina, mostramos o sólido motivo de nossa posição. Ou melhor, a sólida posição de nosso motivo

Ao longo do período estudado deparamo-nos assim com dois periódicos extremamente ousados do ponto de vista da forma – linguagem e diagramação – mas opostos do ponto de vista do posicionamento político adotado por cada um. A revista “Realidade”, uma publicação da Editora Abril, em certa medida alinhada ao regime, posiciona-se, contudo, na vanguarda política do país no que diz respeito à transformação dos costumes e à então chamada “questão da mulher”, podendo ser considerada como um dos canais através dos quais o ideário feminista de 2ª onda adentra o Brasil. O Jornal “O Pasquim”, um jornal de clara oposição ao regime militar que posiciona-se também contrariamente aos avanços do feminismo no país, sobretudo na primeira metade de seu período de publicação, assumindo posições um tanto mais flexíveis no período da chamada transição política, quando o antifeminismo do jornal se atenua e diminuem também as alusões homofóbicas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

BEAUVOIR, Simone de. O Segundo Sexo. Rio de Janeiro: Nova Fronteira

FALLACI, Oriana. Entrevista com la Historia. Barcelona: Noguer, 1986.

MORAES, Letícia Nunes de. Leituras da revista Realidade: 1966-1968. São Paulo: Alameda, 2007.

MURARO, Rose Marie. Memórias de uma mulher impossível. Rio de Janeiro: Record/Rosa dos Tempos, 1999.

PEDRO, Joana Maria. Os Feminismos e os muros de 1968 no Cone Sul. Clio – Série Revista de Pesquisa Histórica – n 26-1, 2008.

SOIHET, Raquel. Preconceitos nas charges de *O Pasquim*: mulheres e a luta pelo controle do corpo - *ArtCultura*, Uberlândia, v. 9, n. 14, p. 39-53, jan.-jun. 2007 - Rachel Soihet

XXVII SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA

Conhecimento histórico e diálogo social

Natal - RN • 22 a 26 de julho 2013

ANPUH
BRASIL